



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022

Processo Licitatório nº: 12.707/2020

Processo de Recurso nº: 16.059/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de informática a fim de prestar serviços de solução Web integrada para Gestão da Saúde Pública, com licença de uso de software OU Open Source, para implantação, treinamento e manutenção para atender as necessidades das seguintes áreas: Regulação, Atenção Básica, Gestão Hospitalar, Vigilância em Saúde e Gestão Administrativa, contemplando as seguintes funcionalidades dos respectivos módulos descritos neste Termo de Referência: Almoxarifado, Aplicativo Mobile, Atenção Básica, Business Intelligence, Cadastro, Centro Cirúrgico, Consultas, Emergência, Exames, Farmácia, Faturamento, Internação, Portal da Transparência, Prontuário Eletrônico do Paciente e Registro de Ponto Mobile, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Ordem Judicial, TFD, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

RECORRENTE: NOXTEC SERVIÇOS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRA



Comissão de Pregão III

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **NOXTEC SERVIÇOS LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no **Edital Pregão Eletrônico n.º 070/2022**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 070/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 14:00 horas do dia 08 de junho de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 350 de 22/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 12.707/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº



Comissão de Pregão III

070/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA na área de informática A FIM DE PRESTAR SERVIÇOS DE SOLUÇÃO WEB INTEGRADA PARA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA, COM LICENÇA DE USO DE SOFTWARE OU OPEN SOURCE, PARA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SEGUINTE ÁREAS: REGULAÇÃO, ATENÇÃO BÁSICA, GESTÃO HOSPITALAR, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E GESTÃO ADMINISTRATIVA, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE FUNCIONALIDADES DOS RESPECTIVOS MÓDULOS DESCRITOS NESTE TERM. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 17:12:46 do dia 08/06/2022 foi reaberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 070/2022;

Foram registradas duas intenções de recursos, as quais foram aceitas pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa **NOXTEC SERVIÇOS LTDA**, apresentou o recurso para o Grupo 01 em 14/06/2022.

A empresa NOBE SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA LTDA apresentou Contrarrazões para o Item 01.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese:

"...não comprovou capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigência do item 19.2), e tão pouco acostou a sua documentação de habilitação os currículos dos profissionais que



Comissão de Pregão III

compõe a sua equipe técnica, conforme previa o item 20.7 do edital."

IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Alega a RECORRIDA, em síntese, que:

"Muito embora tenha sido alegado vício na qualificação econômico-financeira da recorrida, cumpre demonstrar que foi apresentado balanço patrimonial do exercício de 2020, contendo todas as informações exigíveis pelo edital, mormente, a demonstração de patrimônio líquido no valor de R\$ 419.401,94 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e um reais e noventa e quatro centavos), o que atende plenamente ao instrumento convocatório."

"A recorrente parece não ter conhecimento da Instrução Normativa RFB Nº 2.082, DE 18 DE MAIO DE 2022 que prorrogou os prazos de apresentação da Escrituração Contábil Digital e da Escrituração Contábil Fiscal referentes ao ano calendário de 2021, afastando sua obrigatoriedade para o último dia do mês de junho de 2022, tornando impossível legalmente sua exigência para o presente certame."

"...uma vez que as exigências relativas a exigência de comprovação da composição da equipe somente pode ser exigida da empresa vencedora do certame, uma vez que é injusto e ilógico exigir que a empresa tenha numerário de profissional compatível com uma prestação de serviço que sequer foi contratada ainda."

"A exigência não é razoável, tanto o é que o item 20.6 do edital faz menção à figura da CONTRATADA, ou seja, daquela que, detentora da melhor proposta e habilitada, esteja apta a realizar o contrato..."

V. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:



Comissão de Pregão III

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **NOXTEC SERVIÇOS LTDA**

Inicialmente cumpre destacar que esta pregoeira diligenciou a Procuradoria Geral do Município, tendo em vista tratar-se de questões jurídicas, na forma que dispõe o item 25.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da recorrente, a Procuradoria Geral do Município resumidamente opinou:



Comissão de Pregão III

"A ausência de juntada por equívoco ou imperícia também não exclui a possibilidade de sua juntada superveniente..."

"...admite-se a juntada de tais documentos, na forma acima orientada..."

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município (documento em anexo), sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **NOXTEC SERVIÇOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 070/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do julgamento anteriormente proferido, MANTENDO habilitada a empresa **NOBE SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA LTDA** no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo **para decisão, pela autoridade superior**, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 070/2022.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 08 de setembro de 2022.

ELIZA SOUZA MACHADO
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 106.380